Comissão Europeia

UM ORÇAMENTO DA UE VIRADO PARA O FUTURO

#EUBudget #FutureofEurope

9 de outubro de 2019

FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DA UE

O financiamento do próximo quadro financeiro plurianual deve ser reformado e modernizado. A Europa necessita de um sistema menos complexo, mais transparente e mais adequado, que esteja mais bem alinhado com os objetivos políticos da UE. A Comissão propôs fontes de receitas alternativas — por exemplo, as receitas do sistema de comércio de licenças de emissão ou as contribuições baseadas nos plásticos não reciclados. Estas receitas estão diretamente ligadas às prioridades políticas da UE e permitirão reduzir as contribuições nacionais baseadas no rendimento nacional bruto (RNB) — a principal fonte de receitas para o orçamento da UE.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS PARA O ORÇAMENTO DA UE: AUMENTO EM CONSONÂNCIA COM A EVOLUÇÃO ECONÓMICA

A Comissão propôs que o orçamento da União invista 1 279 milhões de euros em 2021-2027 (1,114% do RNB da UE-27). A contribuição de cada Estado-Membro será calculada com base no montante que a UE terá de pagar anualmente aos beneficiários do orçamento da UE e após dedução das receitas de outras fontes, como direitos aduaneiros e coimas, até um máximo global de 1 246 mil milhões de euros (ou seja, 1,08% do RNB da UE-27).

Comparando os quadros financeiros, as contribuições nacionais aumentam com a inflação e o crescimento económico, tal como os orçamentos nacionais. Contudo, ao contrário dos orçamentos nacionais, o quadro financeiro da UE abrange um período de 7 anos e, no longo prazo, estes aumentos afiguram-se mais acentuados.

Ao comparar os dois quadros financeiros, é necessário ter em conta que, combinados, abrangem um período de 14 anos de inflação e de crescimento económico. Uma comparação direta seria, por conseguinte, distorcida. Se analisarmos apenas os dois últimos anos dos dois quadros (2020 contra 2027), as **contribuições nacionais de todos os Estados-Membros combinadas aumentariam um terço:**

- **A maior parte do aumento deve-se à inflação e ao crescimento real** (tal como nos aumentos dos orçamentos nacionais);
- **Cerca de 1/8 deve-se ao Brexit;**
- **E apenas cerca de 25% do aumento deve-se à proposta de aumento do investimento na investigação, digitalização, clima, migração, defesa e outros domínios prioritários que beneficiam de um financiamento adicional.**

Fatores determinantes das alterações nas contribuições nacionais de 2027 face a 2020
(% do total das alterações)

Visualização ilustrativa baseada em estimativas decorrentes da proposta da Comissão para o quadro financeiro plurianual para 2021-2027, o projeto de orçamento de 2020 e as previsões económicas da primavera de 2019.

CONTRIBUIÇÕES NACIONAIS: VARIAÇÕES ENTRE ESTADOS-MEMBROS

SISTEMA ATUAL: DISTRIBUIÇÃO DESEQUILIBRADA DAS QUOTAS DE FINANCIAMENTO ENTRE ESTADOS-MEMBROS

No sistema atual, alguns Estados-Membros obtêm descontos sobre as suas contribuições — ou correções — por razões históricas. No entanto, estas correções distorcem o atual sistema de financiamento da UE, uma vez que os Estados-Membros que beneficiam delas contribuem com uma quota mais reduzida do seu rendimento para o orçamento da UE do que os outros Estados-Membros.

Atualmente, os cinco Estados-Membros com a contribuição mais baixa aferida em percentagem do seu RNB (Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Áustria e Suécia) contam-se entre os oito principais países da UE em termos de prosperidade relativa. Os mesmos cinco Estados-Membros beneficiam atualmente de uma correção da sua contribuição para o orçamento da UE.

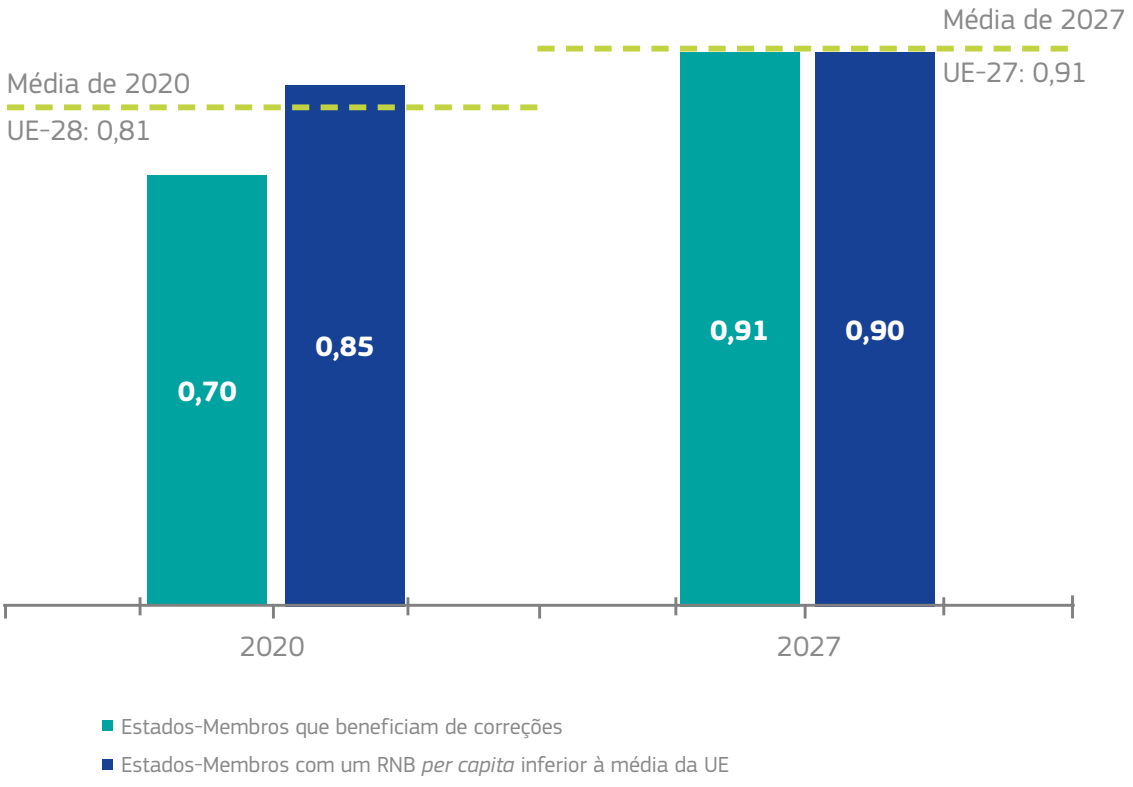
Em contrapartida, todos os Estados-Membros com um nível de prosperidade inferior à média realizam uma contribuição superior à média para o orçamento da UE em termos de percentagem do seu RNB, apesar da sua menor capacidade contribuinte. Por outras palavras: os Estados-Membros mais ricos pagam os montantes menos elevados, enquanto os mais pobres pagam montantes desproporcionalmente elevados.

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PARA 2021-2027: SIMPLIFICAR E REFORMAR O SISTEMA DAS RECEITAS ATRAVÉS DA ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DAS CORREÇÕES, A FIM DE GARANTIR UMA MAIOR EQUIDADE PARA TODOS

Com a saída do Reino Unido, a respetiva correção terminará. Todas as demais correções cessarão automaticamente em 2020. Trata-se de uma oportunidade única para simplificar e reformar o sistema das receitas.

A eliminação de todas as correções do lado das receitas deve fazer parte de um pacote orçamental adequado e equilibrado. As contribuições nacionais relativas à riqueza dos Estados-Membros convergirão gradualmente ao longo do período — em linha com a eliminação progressiva das correções — para chegar a uma distribuição mais equilibrada até 2027.

Contribuições nacionais em percentagem do rendimento nacional bruto (RNB)



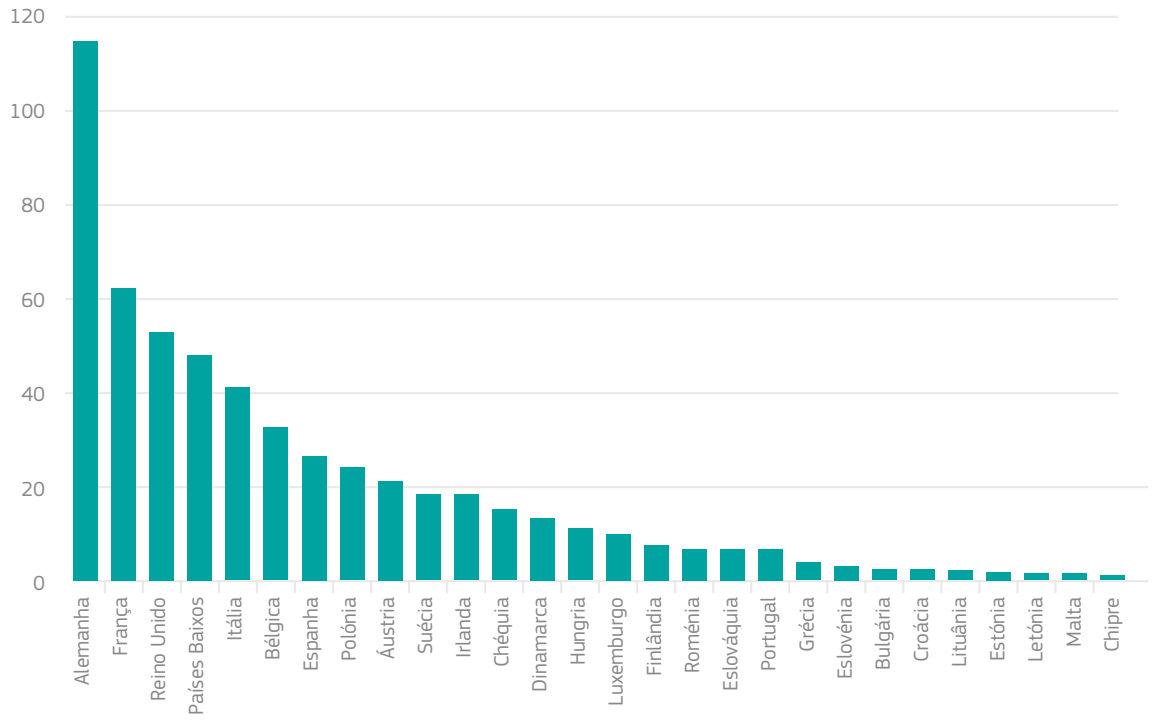
SALDOS ORÇAMENTAIS — UM CONCEITO OBSOLETO

Os benefícios da adesão à União ultrapassam largamente as receitas orçamentais. É por esta razão que o enfoque estrito nos «saldos líquidos» está gravemente viciado. Os saldos orçamentais mostram apenas a diferença entre o que um Estado-Membro contribui para o orçamento da UE e o dinheiro que os beneficiários registados nesse mesmo país obtêm, após uma série de ajustamentos estatísticos. Este cálculo estatístico não é um guia relevante para determinar as contribuições nacionais, dada a estrutura do orçamento atual, no âmbito do qual é atribuído um crescente volume de fundos aos bens públicos europeus. O conceito de equilíbrio orçamental não pode medir os benefícios para os Estados-Membros da UE de fazerem parte do mercado único e de, conjuntamente, poderem enfrentar o desafio da migração e combater o terrorismo e as alterações climáticas. Nem mede as oportunidades de negócio que a política de coesão — a principal política de investimento da UE — cria para as empresas de toda a União. A UE contribui significativamente para as economias dos seus Estados-Membros, o que é totalmente ignorado nestes cálculos.

Por exemplo, o mercado único tem um impacto positivo significativo e direto no emprego e no crescimento — estima-se que os seus benefícios sejam da ordem de 10% do RNB; mais de dez vezes a contribuição dos Estados-Membros para o orçamento.

Benefícios da integração do mercado único

Ganhos de rendimento (em milhares de milhões de euros, ano de referência 2014)



Fonte: Gabriel Felbermayr, Jasmin Gröschl, Inga Heiland (2018), Undoing Europe in a New Quantitative Trade Model, ifo Working Paper n.º. 250. O gráfico mostra os ganhos de rendimento atribuídos, segundo o modelo aplicado, à participação no mercado único.

Atualmente, não só a correção a favor do Reino Unido desaparece, mas também as condições que justificaram a criação de um mecanismo de correção em 1984 e que beneficia outros Estados-Membros deixaram de ser relevantes:

- **A estrutura das despesas da UE evoluiu** — em 1984 foi necessária uma correção para resolver o problema agrícola específico do Reino Unido (cerca de 70% do orçamento da UE financiava uma única política — a agricultura — da qual o Reino Unido beneficiava menos do que os outros). Hoje em dia, o orçamento da UE apoia muitas outras políticas **e nenhum Estado-Membro está numa situação de desvantagem específica**.

- **A diferença a nível da prosperidade entre os Estados-Membros que obtêm uma correção** e os outros diminuiu. Contrariamente a 1984, quando o Reino Unido se encontrava ao nível de 92% da média do RNB *per capita* da UE, em 2018 os outros cinco Estados-Membros que obtêm correções encontram-se ao nível de 127% da prosperidade média da UE.

Serviço das Publicações
da União Europeia

© União Europeia, 2019

PDF	ISBN 978-92-76-11749-0	doi:10.2761/334575	KV-04-19-616-PT-N
Print	ISBN 978-92-76-11786-5	doi:10.2761/144195	KV-04-19-616-PT-C